

**CÂMARA MUNICIPAL**

**DA**

**COVILHÃ**

**TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 13/ 2016**

Da reunião extraordinária realizada, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 41.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com a alínea n) do n.º 1 do artigo 35.º do mesmo diploma legal, no dia 24 de junho de 2016, iniciada às 09:05 horas e concluída às 12:30 horas.

Sumário	1
Abertura	2
Ponto um	3
Ponto dois	12
Ponto três	14
Ponto quatro	16
Encerramento	18

**ABERTURA**

**ATA Nº 13/2016**

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, na Covilhã, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal da Covilhã, convocada por Edital de 20 de junho de 2016, sob a presidência do Senhor Presidente Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes os Senhores Vereadores Carlos do Carmo Martins, Joaquim António Matias, Jorge Manuel Torrão Nunes, Mónica Cristina Cerqueira Ramôa em substituição do Senhor Vereador José Joaquim Pinto de Almeida, Nuno Flávio da Costa Reis e Rui Paulo da Silva Rosa em substituição dos Senhores Vereadores Pedro Miguel dos Santos Farromba e Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

E, pelas 09:05 horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.

Seguidamente, cumprimentou os presentes e desejou as boas vindas aos Senhores Vereadores em substituição, Mónica Ramôa e Paulo Rosa.

## 1. Relatório de Gestão das Contas Consolidadas 2015

Presente o Relatório de Gestão das Contas Consolidadas de 2015, o Balanço Consolidado, a Demonstração de Resultados Consolidada, Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado, Anexo ao Balanço Consolidado e à Demonstração dos Resultados Consolidada, que engloba as entidades do sector empresarial local em que o Município detém o capital na sua totalidade.

Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Senhora Vereadora Mónica Ramôa fez a seguinte intervenção:

“**Página 3:** Questão da EPABI.

EPABI tinha um passivo de 80 mil euros que passou para o GPS...

Trata-se de uma forma enviesada de financiamento do privado com capitais que poderiam vir para o público...

**Página 3:** ICOVI:

- Apresenta lucro de 597 292,51 € (mais 137 182,08 € do que em 2014), corresponde a um aumento de cerca de 30%.
- O investimento de 11 milhões da barragem, onde está?
- Verifica-se um aumento do endividamento, a que se deve? Ao “Parq C”?

**Página 4:** Parkurbis, S.A.:

- Apresenta lucro de 9 340,65 €
- Há pouca captação de capital...

Parkurbis, Associação:

- Falta uma página no documento (falta a página do “Ativo”).
- Apresenta lucro de 9 387,51 €

No entanto, estas duas empresas apresentam uma captação de capital baixa... é necessário melhorar e dinamizar a captação de verbas (projetos, etc,...) As 2 Parkurbis, captaram em 2015, o seu conjunto, apenas 47 mil euros... **Página 30.**

Relativamente à Parkurbis, existe uma referência sobre a cobertura dos prejuízos ser da responsabilidade exclusiva do Município. E os restantes acionistas? Só participam do lucro? O Município suporta os reais ou eventuais maus resultados da Parkurbis e os outros acionistas?

**Página 4:** ADC:

- Lucro de 1 milhão de euros (1 045 699,19 €).
- Verifica-se que a dívida de clientes aumentou, o que sugere uma atenção mais cuidada a este aspeto, pois pode ser devida a dificuldades de cumprimento por parte das famílias; seria importante verificar/conhecer as causas do incumprimento.
- Com estes lucros, por que é que o valor da fatura da água não baixa?

**Página 18:** “4. Análise da Situação Financeira”: (ver página 26)

- Há uma descapitalização de mais de 2 milhões de euros! E acresce a este “prejuízo” uma desvalorização do imobilizado!!! (Não há recuperação de património, das vias, das infraestruturas, etc...) A CMC além de estar a sofrer uma descapitalização, está a desvalorizar o seu património!

## ATA DA REUNIÃO DE 24/06/2016

Se a gestão Carlos Pinto/PSD, em 10 anos, descapitalizou a CMC em 50 milhões de euros, a atual gestão, nestes 2 anos, continuou a perder dinheiro, tendo descapitalizado, neste período, cerca de 4 milhões e 500 mil euros!!!

Mas poder-se-ia pensar que este consolidado negativo acontecia porque se tinha valorizado o imobilizado, porque se tinha melhorado as condições de vida dos munícipes, mas isso não aconteceu. É urgente reverter este rumo! O município não pode continuar a sofrer esta descapitalização. As opções terão que ser diferentes, mais sustentáveis e sustentadas!

Continua a haver maiores despesas com pagamentos de serviços externos e fornecimentos do que com o pessoal, por exemplo... Isto mostra que a CMC não está a conseguir criar autossustentabilidade... e se isso não acontecer, será impossível reverter a situação.

### **Página 24:**

A CMC está com 88 milhões de euros de dívida, o que é um valor preocupante e o valor em dívida aumentou cerca de 10% em relação ao valor de 2014.

### **Na página 44:**

É possível verificar um crescimento do endividamento do “grupo”, seria importante refletir sobre este facto. Claro que para este resultado está o aumento do endividamento da ICOVI, por razões óbvias (Parq C) e do próprio Município, mas não se poderá fazer diferente?

Verifica-se um aumento do passivo e redução do ativo e fundos próprios, o que revela um depauperar financeiro de todo o “grupo”. Esta influência é determinantemente provocada pelas contas do Município. A continuidade de uma situação deste tipo, levará a uma situação deficitária para todo o “grupo”.

Todas as entidades apresentam lucros com exceção do Município. Importa ter a este respeito particular atenção às reservas apresentadas pelo ROC da Parkurbis às contas da mesma. Estas Reservas têm um impacto significativo nas contas da Parkurbis, influenciando também os resultados do “grupo”. Trata-se de uma situação delicada e que se está a subverter as contas da Parkurbis.

### **Finalmente,**

Interessante é também analisar-se a atribuição, por exemplo de subsídios:

Ano	Atribuídos	Pagos		Por Pagar	
		Valor	%	Valor	%
2013	1 772,00 €	1 772,00 €	100,00%	0,00 €	0,00%
2014	835 193,60 €	524 545,85 €	62,81%	144 190,65 €	17,26%
2015	601 437,00 €	381 759,80 €	63,47%	219 677,20 €	36,53%
2016	177 150,00 €	22 900,00 €	12,93%	154 250,00 €	87,07%
<b>Total</b>	<b>1 615 552,60 €</b>	<b>930 977,65 €</b>	<b>57,63%</b>	<b>518 117,85 €</b>	<b>32,07%</b>
<b>Anulados</b>	<b>134 551,00 €</b>				
	<b>8,33%</b>				

Este quadro é um resumo do mapa de atribuição de subsídios. O mapa seguinte faz uma distribuição por tipo de entidade:

**ATA DA REUNIÃO DE 24/06/2016**

Tipo Entidade	Atribuídos	Pagos		Por Pagar		Anulados	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
Associação Cultural	179 000,00 €	109 825,00 €	61,35%	69 175,00 €	38,65%		
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa	512 950,00 €	251 009,35 €	48,93%	231 940,65 €	45,22%	30 000,00 €	5,85%
Associação de Apoio	307 064,60 €	194 264,60 €	63,27%	112 800,00 €	36,73%		
Associação Desenvolvimento	4 551,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	4 551,00 €	100%
Associação Desportiva	196 000,00 €	186 000,00 €	94,90%	10 000,00 €	5,10%		
Associação Empresarial	155 781,00 €	37 500,00 €	24,07%	18 281,00 €	11,74%	100 000,00 €	64%
Associação Humanitária	219 600,00 €	112 693,90 €	51,32%	75 000,00 €	34,15%		
Associação Pais	2 106,00 €	1 684,80 €	80,00%	421,20 €	20,00%		
Empresa	16 500,00 €	16 500,00 €	100,00%	0,00 €	0,00%		
Federação	10 000,00 €	10 000,00 €	100,00%	0,00 €	0,00%		
Sindicato	10 000,00 €	10 000,00 €	100,00%	0,00 €	0,00%		
Universidade	2 000,00 €	1 500,00 €	75,00%	500,00 €	25,00%		
<b>Total</b>	<b>1 615 552,60 €</b>	<b>930 977,65 €</b>	<b>57,63%</b>	<b>518 117,85 €</b>	<b>32,07%</b>	<b>134 551,00 €</b>	<b>8,33%</b>

**Em conclusão:**

Em relação à documentação, à semelhança do que aconteceu com as contas do Município, falta a Certificação das Contas Consolidadas do ROC.

A documentação enviada relativamente a todas as entidades participantes no “grupo” é, apenas e só, o Balanço e a Demonstração de Resultados, quando as Contas, na sua verdadeira aceção, são muito mais do que foi apresentado, como certamente os presentes saberão. E, só a título de exemplo, relembrar que faz parte das Contas o Anexo às Demonstrações Financeiras que contém informações muito relevantes na apreciação das contas. Também faz parte das Contas as certificações e relatórios dos Fiscais Únicos e dos Revisores Oficiais de Contas, cujas análises e certificações podem revelar dados importantíssimos que ajudam a compreender e a enquadrar politicamente estas questões.

**Este relatório continua a não ser um documento político!** Falta a reflexão política sobre os dados para se poder encetar ações concretas. Falta “o Norte”. É preciso fazer um esforço maior nesse sentido.

Mais um ano de depauperamento do Município sem se vislumbrar uma reversão da situação. Mais um ano em que o futuro fica mais longe.

Pelo que voto contra”.

O Senhor Presidente esclareceu que, relativamente ao investimento de 11 milhões da barragem das Contas da ICOVI, se encontravam no imobilizado;

Quanto às Contas da Parkurbis, esclareceu que, a transferência dos 250.000€ por parte do Município se destinam a amortizações; e que também, primeiramente, tinham de “encarar a sua metodologia: qual era o seu escopo, a sua finalidade, a sua necessidade e para que foi criada e em boa hora? Porque estava vocacionada para captar e auxiliar empresas e incrementar o investimento empresarial no nosso Concelho e Região. Não é uma empresa vocacionada para o lucro, praticamente, as despesas são cobertas com as fracas e escassas

## ATA DA REUNIÃO DE 24/06/2016

receitas. Que a todo o custo tinham de evitar que esta empresa tenha resultados negativos, porque se os der consecutivamente em três anos, extingue-se, de acordo com a Lei 50/2012.”

O Senhor Vereador Nuno Reis começou por referir que os Planos de Atividades e Relatórios de Contas de grande parte das Empresas Municipais, continuavam a não estar disponíveis nos *sites* institucionais, significando que, não fosse o pedido do Senhor Vereador José Pinto em solicitar tais balanços, provavelmente não teriam acesso de outra forma;

Que vinha à Câmara para aprovação a Consolidação de Contas das Empresas Municipais mas, os Vereadores não tinham conhecimento de nenhuma das atividades dessas mesmas Empresas e que era importante que tivessem acesso aos respetivos Planos de Atividades para os poderem analisar com alguma propriedade;

Que as Contas estavam em linha daquilo que foi apresentado no ano transato e, na generalidade, há uma performance positiva em grande parte da Empresas Municipais;

Relativamente à ICOVI, havia um aumento de 4000.000€ nos fornecedores que, provavelmente teria a ver com a questão da aquisição das adutoras e outros;

Que a questão da Associação Parkurbis vêm no seguimento das contas do ano transato;

Quanto à ADC, referiu que os consecutivos resultados positivos permitem antever uma medida, prometida por todos, e que era mais que justa que fosse aplicada e, por outro lado, mais que necessária, proposta já por diversas vezes apresentada, que era a criação da taxa familiar e social dos tarifários do fornecimento da água. Pelo que, após esta apresentação de resultados e Consolidação de Contas estavam em condições de fazer.

O Senhor Presidente, a este propósito interrogou se sabiam qual era a dívida da Câmara à ADC? Que se traduzia em três vezes mais do resultado positivo; que a negociação foi mal conduzida, transformando uma dívida de cerca de 8 a 9 milhões de euros em cento e tal milhões de euros; que era um assunto a ser tratado com a devidamente ponderação; relembrou a existência do Acordo Parassocial quando foi constituída a sociedade, em que as tarifas tem de ser votadas por unanimidade, não podendo fazer prevalecer a maioria da Câmara; que, após análise do acordo, pode concluir que algumas das cláusulas mais relevantes eram suscetíveis de nulidade; que o assunto estava a ser estudado juridicamente para não prejudicar os Covilhanenses; que o contrato tal e qual está, dava um prejuízo para o Município em cerca de 30 milhões de euros e, ao fim da concessão era muito mais elevado, além de se estar a pagar a água como se tivéssemos 62 mil habitantes.

Era uma situação preocupante mas, estava plenamente convencido que iam baixar as tarifas mais breve do que se possa pensar, apesar de ser complicado e ter de ser feito com muita cautela, mas queriam honrar o compromisso assumido com os Covilhanenses.

O Senhor Vereador Carlos Martins, relativamente a esta questão, disse compreender as posições dos oradores que o precederam, referindo que esperava “não sair do Executivo Municipal sem que se reduza o preço da fatura da água. Porque quando fomos eleitos, foi para melhorar a vida das pessoas e resolvermos alguns problemas. Na política não é o vale tudo e em primeiro lugar estão as pessoas. É uma promessa para cumprir.”

A Senhora Vereadora Mónica Ramôa, a este propósito, referiu: “confirma-se aqui que a gestão privada da água é desastrosa para o bem comum, deve ser de gestão pública, tal e qual como sempre defendemos e lutámos neste Município também.”

## ATA DA REUNIÃO DE 24/06/2016

Retomou a palavra o Senhor Vereador Nuno Reis, questionando, sobre a participação nas empresas Município e WRC, uma vez que não eram relevantes, se fazia sentido tais participações e qual a estratégia em termos de futuro.

Quanto ao Parkurbis, por diversas vezes teriam questionado a propósito da existência de algumas empresas que, tecnologicamente não tem esse desidrato e, nesse sentido, questionou qual a estratégia para os próximos anos para criação de postos de trabalho.

Concluiu, reafirmando a necessidade da criação da tarifa social para redução dos valores da fatura da água às famílias numerosas e instituições sociais. E caso houvesse o compromisso da maioria na Câmara de o fazer no decurso do presente ano, estariam disponíveis para votarem favoravelmente as Contas Consolidadas.

O Senhor Vereador Joaquim Matias enalteceu a disponibilidade dos documentos em tempo útil e referiu, se eventualmente tivessem disponibilizados num tempo mais alargado a análise que faria seria a mesma, porque não era especialista na área e ser essencialmente um documento técnico e, acreditava, solenemente, na capacidade e profissionalismo dos técnicos desta área, sentindo-se confortável para votar favoravelmente

Sugeriu que as empresas municipais, trimestralmente, prestassem informações sobre a sua atividade e gestão ao Executivo.

Quanto à redução do valor da fatura da água, referiu que o valor da tarifa da água era baixo, sendo elevado as taxas associadas à mesma. Contudo, era a favor da sua redução, bem como do *timing* definido pelo Senhor Presidente para o efeito.

O Senhor Presidente agradeceu os contributos positivos sobre os documentos, que eram bem complexos.

Referiu “que as empresas, sobre as quais tem responsabilidade direta, tiveram resultados positivos, aliás, as únicas onde não temos diretamente responsabilidade, WRC e a Município, tendo esta última resultado positivo e a WRC não deu.

No fundo, a grande ilação que podemos tirar destas Contas é, de facto, o esforço de consolidação de contas, no sentido de, leia-se, saneamento financeiro, está aqui demonstrado. Não é uma preocupação apenas da Câmara Municipal, é de todo o universo municipal, está patente e foi salientado pelos Senhores Vereadores.

Diz-se lá fora que andamos a sobrecarregar custos das empresas municipais o que não corresponde à verdade, ou seja, importa até salientar, que é o contrário. Estamos é a reverter a contratação, na prática, estamos a lançar mão dos nossos recursos internos e a contratar Covilhanenses, não no regime mais fácil, mas naquele que é mais racional do ponto de vista financeiro, a partir do IEFP e, por outro lado, a internalizar serviços, designadamente os de limpeza, estamos a fazer este esforço e, no fundo, estamos a poupar dinheiro.

Relativamente à dívida, como foi referido, aumento em cerca de 6 milhões de euros, não preciso de vos recordar que no ano em que tomou posse esta consolidação, tivemos, é por isso que estas contas refletem exatamente esta diferença, 8,8 milhões de euros da ParqC, 2,6 milhões de euros da AMCB, 1,3 milhões de euros do Parque de S. Miguel e 1,4 milhões de euros do FAM, caíram-nos em cima 15,5 milhões de euros e só aumentámos a dívida de cerca 6 milhões de euros, não é com consolo que o digo, mas foi feito um grande esforço de contenção e caso não fosse feito teríamos um aumento de 16 milhões de euros.

No que diz respeito ao aumento dos custos, tiveram a ver com os 500 mil euros que pagamos à AMCB, transportes e refeições escolares, o aumento do custo da iluminação pública, é a razão de ser deste aumento. Por outro lado, aumentaram em 300 mil euros os subsídios para as juntas e apoio às coletividades.

## ATA DA REUNIÃO DE 24/06/2016

Quanto ao resultado do exercício, de 8 milhões de euros, como refere a Senhora Vereadora Mónica Ramôa, basta levar em linha de consideração as amortizações, nós em vez de um resultado negativo, tínhamos um resultado positivo de 10 milhões de euros, no fundo, é o problema do imobilizado.

Há um aspeto de que quero chamar a atenção, embora ninguém tenha falado nisso, acho que o devo fazer para podermos melhor refletir, porque reconheço que é um documento denso e para quem não tenha conhecimentos técnicos era difícil. Nos balanços das empresas municipais se somarmos as variáveis de todos esses documentos, as contas não batem certo, por uma razão muito simples, as empresas municipais obedecem a regras contabilísticas do Serviço Nacional de Contabilidade e a Câmara Municipal é ao Pocal e depois há que fazer a conversão, essa conversão só os técnicos sabem fazer, desde logo, distorcem qualquer leitura que se pretenda fazer nesse sentido, porque na prática tinha de se expurgar, na relação Município e Empresas Municipais determinados valores.

No caso da WRC, a interpretação das contas tem de ter em conta a avaliação do valor patrimonial das ações desta empresa.

Desde o início do nosso mandato estamos a remar contra a maré, chegámos cá com 297% de endividamento; as nossas receitas, em média, são na ordem dos 25 a 26 milhões de euros; o passivo exigível é o que vocês conhecem; as operações de tesouraria é igual, temos imensa dificuldade em pagar pequenas contas; recebemos menos quase 300 mil euros de IMI.

Estratégia para o Parkurbis, tem acompanhado os tempos e, neste momento, tem uma elevada taxa de ocupação, podendo questionar-se a natureza das empresas. Temos de intensificar o trabalho, de aproximação ao tecido empresarial e à Universidade, que cada vez mais intensificamos, e criar condições para a criação de emprego para o nosso concelho.”

Quanto à redução da fatura da água referiu ainda “nós não podemos ir reduzir a fatura daqueles que mais posses tem, temos que ir para as IPSS, famílias numerosas de fracos recursos, temos de ser cautelosos, temos de criar uma tarifa de sistema progressivo como acontece nos impostos, as pessoas de menos posses são aquelas que menos pagam, numa ótica social.

O Senhor Vereador Joaquim Matias sugeriu que a ADC e o privado pudessem analisar os reflexos que teria ao implementar uma medida dessas, saber quantas IPSS existem no concelho sem fins lucrativos, porque sem isso seria prematuro o Senhor Presidente estar a dizer que se compromete sem ter esses dados.

O Senhor Presidente referiu que era um compromisso de todos e que vai ser “até ao limite do possível, no contexto que temos da complexidade do negócio, da dívida que existe lá e do futuro, estava implícito reduzir a fatura da água até final de 2016 e é para honrar essa palavra.

Era para ser em finais de junho, mas não foi possível. Os estudos não são só por essa via, esse Gabinete está a trabalhar, inclusivamente, o impacto das possíveis variáveis de uma ação judicial e um estudo financeiro para aquilatar do impacto.”

**A Câmara, com o voto contra da Senhora Vereadora Mónica Ramôa, deliberou aprovar as Contas Consolidadas do Município da Covilhã relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, bem como aprovar a proposta de aplicação do resultado consolidado constante do Relatório de Gestão Consolidado.**

**Mais foi deliberado remeter as Contas Consolidadas do Município relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, à Assembleia Municipal da Covilhã, nos termos e para**



efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 76.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com a alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º, do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Foi feita declaração de voto pela Senhora Vereadora Mónica Ramôa, nos termos da sua intervenção, que se transcreve e se anexa.

**“Página 3:** Questão da EPABI.

EPABI tinha um passivo de 80 mil euros que passou para o GPS...

Trata-se de uma forma enviesada de financiamento do privado com capitais que poderiam vir para o público...

**Página 3:** ICOVI:

- Apresenta lucro de 597 292,51 € (mais 137 182,08 € do que em 2014), corresponde a um aumento de cerca de 30%.
- O investimento de 11 milhões da barragem, onde está?
- Verifica-se um aumento do endividamento, a que se deve? Ao “Parq C”?

**Página 4:** Parkurbis, S.A.:

- Apresenta lucro de 9 340,65 €
- Há pouca captação de capital...

Parkurbis, Associação:

- Falta uma página no documento (falta a página do “Ativo”).
- Apresenta lucro de 9 387,51 €

No entanto, estas duas empresas apresentam uma captação de capital baixa... é necessário melhorar e dinamizar a captação de verbas (projetos, etc,...) As 2 Parkurbis, captaram em 2015, o seu conjunto, apenas 47 mil euros... **Página 30.**

Relativamente à Parkurbis, existe uma referência sobre a cobertura dos prejuízos ser da responsabilidade exclusiva do Município. E os restantes acionistas? Só participam do lucro? O Município suporta os reais ou eventuais maus resultados da Parkurbis e os outros acionistas?

**Página 4:** ADC:

- Lucro de 1 milhão de euros (1 045 699,19 €).
- Verifica-se que a dívida de clientes aumentou, o que sugere uma atenção mais cuidada a este aspeto, pois pode ser devida a dificuldades de cumprimento por parte das famílias; seria importante verificar/conhecer as causas do incumprimento.
- Com estes lucros, por que é que o valor da fatura da água não baixa?

**Página 18:** “4. Análise da Situação Financeira”: (ver página 26)

- Há uma descapitalização de mais de 2 milhões de euros! E acresce a este “prejuízo” uma desvalorização do imobilizado!!! (Não há recuperação de património, das vias, das infraestruturas, etc...) A CMC além de estar a sofrer uma descapitalização, está a desvalorizar o seu património!

Se a gestão Carlos Pinto/PSD, em 10 anos, descapitalizou a CMC em 50 milhões de euros, a atual gestão, nestes 2 anos, continuou a perder dinheiro, tendo descapitalizado, neste período, cerca de 4 milhões e 500 mil euros!!!

## ATA DA REUNIÃO DE 24/06/2016

Mas poder-se-ia pensar que este consolidado negativo acontecia porque se tinha valorizado o imobilizado, porque se tinha melhorado as condições de vida dos munícipes, mas isso não aconteceu. É urgente reverter este rumo! O município não pode continuar a sofrer esta descapitalização. As opções terão que ser diferentes, mais sustentáveis e sustentadas!

Continua a haver maiores despesas com pagamentos de serviços externos e fornecimentos do que com o pessoal, por exemplo... Isto mostra que a CMC não está a conseguir criar autossustentabilidade... e se isso não acontecer, será impossível reverter a situação.

### **Página 24:**

A CMC está com 88 milhões de euros de dívida, o que é um valor preocupante e o valor em dívida aumentou cerca de 10% em relação ao valor de 2014.

### **Na página 44:**

É possível verificar um crescimento do endividamento do “grupo”, seria importante refletir sobre este facto. Claro que para este resultado está o aumento do endividamento da ICOVI, por razões óbvias (Parq C) e do próprio Município, mas não se poderá fazer diferente?

Verifica-se um aumento do passivo e redução do ativo e fundos próprios, o que revela um depauperar financeiro de todo o “grupo”. Esta influência é determinantemente provocada pelas contas do Município. A continuidade de uma situação deste tipo, levará a uma situação deficitária para todo o “grupo”.

Todas as entidades apresentam lucros com exceção do Município. Importa ter a este respeito particular atenção às reservas apresentadas pelo ROC da Parkurbis às contas da mesma. Estas Reservas têm um impacto significativo nas contas da Parkurbis, influenciando também os resultados do “grupo”. Trata-se de uma situação delicada e que se está a subverter as contas da Parkurbis.

### **Finalmente,**

Interessante é também analisar-se a atribuição, por exemplo de subsídios:

Ano	Atribuídos	Pagos		Por Pagar	
		Valor	%	Valor	%
2013	1 772,00 €	1 772,00 €	100,00%	0,00 €	0,00%
2014	835 193,60 €	524 545,85 €	62,81%	144 190,65 €	17,26%
2015	601 437,00 €	381 759,80 €	63,47%	219 677,20 €	36,53%
2016	177 150,00 €	22 900,00 €	12,93%	154 250,00 €	87,07%
<b>Total</b>	<b>1 615 552,60 €</b>	<b>930 977,65 €</b>	<b>57,63%</b>	<b>518 117,85 €</b>	<b>32,07%</b>
<b>Anulados</b>	<b>134 551,00 €</b>				
	<b>8,33%</b>				

Este quadro é um resumo do mapa de atribuição de subsídios. O mapa seguinte faz uma distribuição por tipo de entidade:

**ATA DA REUNIÃO DE 24/06/2016**

Tipo Entidade	Atribuídos	Pagos		Por Pagar		Anulados	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
Associação Cultural	179 000,00 €	109 825,00 €	61,35%	69 175,00 €	38,65%		
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa	512 950,00 €	251 009,35 €	48,93%	231 940,65 €	45,22%	30 000,00 €	5,85%
Associação de Apoio	307 064,60 €	194 264,60 €	63,27%	112 800,00 €	36,73%		
Associação Desenvolvimento	4 551,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	4 551,00 €	100%
Associação Desportiva	196 000,00 €	186 000,00 €	94,90%	10 000,00 €	5,10%		
Associação Empresarial	155 781,00 €	37 500,00 €	24,07%	18 281,00 €	11,74%	100 000,00 €	64%
Associação Humanitária	219 600,00 €	112 693,90 €	51,32%	75 000,00 €	34,15%		
Associação Pais	2 106,00 €	1 684,80 €	80,00%	421,20 €	20,00%		
Empresa	16 500,00 €	16 500,00 €	100,00%	0,00 €	0,00%		
Federação	10 000,00 €	10 000,00 €	100,00%	0,00 €	0,00%		
Sindicato	10 000,00 €	10 000,00 €	100,00%	0,00 €	0,00%		
Universidade	2 000,00 €	1 500,00 €	75,00%	500,00 €	25,00%		
<b>Total</b>	<b>1 615 552,60 €</b>	<b>930 977,65 €</b>	<b>57,63%</b>	<b>518 117,85 €</b>	<b>32,07%</b>	<b>134 551,00 €</b>	<b>8,33%</b>

**Em conclusão:**

Em relação à documentação, à semelhança do que aconteceu com as contas do Município, falta a Certificação das Contas Consolidadas do ROC.

A documentação enviada relativamente a todas as entidades participantes no “grupo” é, apenas e só, o Balanço e a Demonstração de Resultados, quando as Contas, na sua verdadeira aceção, são muito mais do que foi apresentado, como certamente os presentes saberão. E, só a título de exemplo, relembrar que faz parte das Contas o Anexo às Demonstrações Financeiras que contém informações muito relevantes na apreciação das contas. Também faz parte das Contas as certificações e relatórios dos Fiscais Únicos e dos Revisores Oficiais de Contas, cujas análises e certificações podem revelar dados importantíssimos que ajudam a compreender e a enquadrar politicamente estas questões.

**Este relatório continua a não ser um documento político!** Falta a reflexão política sobre os dados para se poder encetar ações concretas. Falta “o Norte”. É preciso fazer um esforço maior nesse sentido.

Mais um ano de depauperamento do Município sem se vislumbrar uma reversão da situação. Mais um ano em que o futuro fica mais longe.

Pelo que voto contra”.

**Os Senhores Vereadores Nuno Reis e Paulo Rosa votam favoravelmente tendo por base o compromisso assumido pelo Senhor Presidente de redução da fatura da água até final do presente ano.**

**O Senhor Vereador Joaquim Matias apresentou declaração de responsabilidade condicional, nos termos do n.º 8 da resolução n.º 44/2015, de 16 de novembro, do Tribunal de Contas.**

## 2. PRAEN - Plano de Racionalização Energética

Foi presente informação do Senhor Eng. Jorge Vieira, Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, do seguinte teor:

“1. Foram os serviços encarregues de produzir os elementos necessários ao enquadramento de um concurso público para a contratação de uma prestação de serviço de substituição das atuais luminárias da rede de iluminação pública por outras de tecnologia Led.

2. O procedimento de contratação pública enquadra-se num diploma legal específico, o Decreto-lei nº 29/11, de 28 de fevereiro, "regime jurídico aplicável à formação e execução dos contratos de desempenho energético que revistam a natureza de contratos de gestão de eficiência energética, a celebrar entre os serviços e organismos da Administração Pública direta, indireta e autónoma e as empresas de serviços energéticos, com vista à implementação de medidas de melhoria da eficiência energética nos edifícios públicos e equipamentos afetos à prestação de serviços públicos.

A intervenção que se pretende promover será a primeira de um conjunto de intervenções e incide na área urbana da cidade da Covilhã, num total de 1.820 luminárias existentes, e corresponde à rubrica 1 do PRAEN que anexo.

3. Por definição, o PRAEN - Plano de Racionalização Energética, é o conjunto de medidas de racionalização energética, de redução de consumos ou de custos de energia, organizadas e seriadas na base da sua exequibilidade e da sua viabilidade económica, elaborado na sequência de uma auditoria energética.

O PRAEN é um documento dinâmico que será sucessivamente alterado quando se pretender intervir em outras áreas do concelho, para além das três já nele referenciadas, a cidade e as duas zonas industriais.

O PRAEN constitui-se como o documento de enquadramento do procedimento de contratação pública.

4.- Proposta de decisão: proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar o PRAEN.”

Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

O Senhor Vereador Joaquim Matias enalteceu o trabalho dos técnicos que estiveram envolvidos na elaboração do documento, por ser muito importante para o Concelho da Covilhã e uma mais-valia.

A Senhora Vereadora Mónica Ramôa fez a seguinte intervenção: “Este tipo de medida é uma mais-valia, num primeiro plano para a preservação do ambiente e, num outro plano, não menos importante, para a economia do município pois permite a poupança de muitos milhares de euros em eletricidade.

Importante assegurar que a intensidade luminosa não seja diminuída com a substituição das atuais luminárias pelas LED.

Aqui está um investimento que apesar de “robusto” (cerca de 938 mil euros) poderá potenciar o desenvolvimento, pois permite recuperar o investimento inicial num prazo razoavelmente curto (em média 7 anos), tornando livres verbas que poderão ser aplicadas em benefício dos munícipes.

## **ATA DA REUNIÃO DE 24/06/2016**

Talvez aqui uma nota para a iluminação existente na cidade que foi, durante muitos anos, alvo de uma gestão perfeitamente casuística, racionalmente e esteticamente difícil de entender.”

O Senhor Vereador Carlos Martins referiu que desde o início do mandato já teve essa preocupação e debruçado sobre o assunto, face a ter verificado os valores anuais pagos com a iluminação pública, cerca 1 milhão e 800 mil euros.

O Senhor Vereador Paulo Rosa referiu que a cidade estava muito bem iluminada, inclusive com algum excesso a nível do concelho e em determinados lugares; que este plano tinha o objetivo, simplesmente de proceder à substituição das lâmpadas da iluminação existente, prevendo a redução de custos, felicitando a Câmara por esta iniciativa.

O Senhor Vereador Nuno Reis, referiu ser um tema, para além de económico, também de sustentabilidade ambiental e era importante estar em agenda e ser concretizado.

Felicitou o Senhor Presidente e os técnicos na elaboração da proposta, sugerindo como desafio, a possibilidade, em termos de contrapartida com a empresa adjudicatária, da implantação deste sistema numa freguesia ou outro local.

O Senhor Presidente disse que o que se pretende é racionalizar, tanto do ponto de vista ambiental, como financeiro.

**A Câmara, nos termos da informação do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar o PRAEN - Plano de Racionalização Energética.**

**Mais deliberou submeter a presente deliberação à Assembleia Municipal, para os efeitos previstos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º, nos termos das disposições conjugadas constantes da alínea b) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do anexo I da Lei n.º. 75/2013, de 12 de Setembro que aprova o RJAL.**

### **3. Protocolo de Cooperação entre o Município da Covilhã e a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas - Gabinete de Apoio ao Emigrante**

Presente minuta do Protocolo de Cooperação entre o Município da Covilhã e a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas - Gabinete de Apoio ao Emigrante, tendo como objeto a cooperação entre as partes, nas áreas em que ambos os órgãos tenham manifesto interesse, nomeadamente:

1. Ações que apoiem os cidadãos que pretendam emigrar e dos que se encontrem a residir e a trabalhar nos países de acolhimento;
2. Ações que apoiem, incentivem e acompanhem os cidadãos que regressam com caráter definitivo ao país de origem;
3. Ações que garantam a divulgação de informação relevante para o exercício dos seus direitos e deveres;
4. Ações que, aproveitando o poder económico das Comunidades Portuguesas, associado às potencialidades oferecidas pela região, promovam projetos de investimento e desenvolvimento locais, em conjugação com o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID);
5. Ações que apoiem o associativismo e que promovam e favoreçam o conhecimento da cultura portuguesa

Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

O Senhor Presidente informou que foi detetada esta possibilidade, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo-se posto “em campo”, no sentido de apoiar os nossos emigrantes e por ser um mais um serviço à nossa comunidade.

O Senhor Vereador Carlos Martins referiu que teve o primeiro contacto com Ministério dos Negócios Estrangeiros, o qual comunicou ao Senhor Presidente, ficando contente pela forma célere no procedimento do processo.

O Senhor Vereador Joaquim Matias congratulou-se com a iniciativa e aproveitou para sugerir a colocação de *outdoor* do Município, em Vilar Formoso, fazendo alusão ao Gabinete de Apoio ao Emigrante.

A Senhora Vereadora Mónica Ramôa fez a seguinte intervenção: “Infelizmente, é reconhecido pelo poder central de que o município da Covilhã é um concelho onde a emigração tem um “elevado índice ... com claros reflexos na sociedade e na economia local”.

Então serão precisas medidas que previnam este “elevado índice”! Este tipo de protocolos apesar de serem úteis, não atuam sobre as causas da emigração. E seria sobre essas causas que é urgente atuar.

A CMC vai afetar 2 funcionários ao GAE Covilhã? (Um técnico superior e outro com “formação adequada”). Qual ou quais os serviços que vão “ceder” os técnicos?”

**ATA DA REUNIÃO DE 24/06/2016**

A Senhora Diretora do Departamento de Administração Geral, Dr.<sup>a</sup> Graça Robbins, esclareceu que se vai situar no Balcão Único e os técnicos a afetar já lá desenvolvem a sua atividade e, os quais, irão ter informação específica.

**A Câmara deliberou aprovar a minuta e celebrar o Protocolo de Cooperação com a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas - Gabinete de Apoio ao Emigrante da Covilhã.**

#### 4. Ratificação de Despachos

**- Processo Disciplinar - Maria Filipa Cid Peixeiro da Silva Fonseca, com categoria de Técnica Superior, na área de Engenharia do Ambiente**

Presente despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 17 de junho de 2016, autorizando a alteração do início da pena disciplinar do dia 02.06.2016 para o dia 20.06.2016, à colaboradora Maria Filipa Cid Peixeiro da Silva Fonseca, com categoria de Técnica Superior, na área de Engenharia do Ambiente, deliberada na reunião de Câmara do passado dia 06.05.2016.

**A Câmara deliberou ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara.**

**- Processo Disciplinar – Carlos da Fonseca Tavares, com a categoria de Técnico de Biblioteca e Documentação**

Presente despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 28 de janeiro de 2016, determinando o arquivamento do processo disciplinar instaurado ao colaborador Carlos da Fonseca Tavares, com a categoria de Técnico de Biblioteca e Documentação, pelo facto de ter operado a prescrição do prazo para a sua instauração.

O Senhor Vereador Paulo Rosa questionou a razão da dilação do tempo, para levar à prescrição do processo.

A Senhora Vereadora Mónica Ramôa questionou da razão do arquivamento do processo por prescrição, tendo em conta os factos que levaram à instauração do processo que lhe era muito “sensível”, e como esteve 7 meses parado?

O Senhor Vereador Nuno Reis questionou da razão, tendo em conta os dois processos presentes, porque não tiveram a mesma agilidade.

O Senhor Presidente esclareceu que, apesar de se estar a arquivar este procedimento, estava a decorrer outro processo disciplinar sobre os factos. E somente tinha de fazer juízo de valor sobre a prescrição do processo.

**A Câmara, com os votos contra dos Senhores Vereadores Nuno Reis e Paulo Rosa e a abstenção da Senhora Vereadora Mónica Ramôa, deliberou ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara.**

**A Senhora Vereadora Mónica Ramôa fez a seguinte declaração de voto: “A abstenção neste assunto deve-se estritamente ao facto do arquivamento ser uma obrigação legal, nas prescrições. É extremamente injusto para os trabalhadores em causa e nada elevado para a CMC, uma vez que tem compromissos em matéria de igualdade de género,**



independentemente de ter havido ou não, efetivamente, assédio moral, este processo ter prescrito. Como pode a CMC entrar em parcerias de promoção da igualdade de género, apadrinhar iniciativas onde esteve presente a senhora Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade Catarina Marcelino, e depois, no terreno, com os seus trabalhadores é inoperante, deixando ultrapassar, grosseiramente, os prazos de prescrição (o processo esteve 7 meses “esquecido”!). E aqui não está em causa se houve ou não assédio, mas sim a capacidade de se estar sensível a esta temática e resolver o problema! Pacta sunt servanda! É mau para quem fez a queixa e é mau para quem é visado na queixa, pois não foi averiguada a verdade dos factos. E é uma vergonha para todos nós.”

Os Senhores Vereadores Nuno Reis e Paulo Rosa votaram contra, tendo em conta o transcrito no Relatório, pelas Senhoras Dr. Graça Robbins e Dr. Paula Matos, Instrutora do processo.

**APROVAÇÃO EM MINUTA**

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

**VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES**

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

**ENCERRAMENTO**

Pelas 12:00 horas, terminada a votação dos assuntos constantes da ordem do dia, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

**O Presidente,** \_\_\_\_\_

**A Diretora do Departamento de Administração Geral,** \_\_\_\_\_